

## O IMPERIALISMO ROMANO NA HISPÂNIA: O CASO DE SAGUNTO

*Semiramis Corsi Silva<sup>3</sup>*

Nas últimas décadas uma nova perspectiva de análise tem se mostrado útil para os historiadores repensarem a dinâmica do Imperialismo Romano. Trata-se da proposta da vertente teórica dos Estudos pós-coloniais – *Post-colonial studies*, que tem seu caráter inaugural nas obras *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1978) e *Cultura e Imperialismo* (1993), de Edward Said, teórico palestino radicado nos EUA. Nestas obras, especialmente na segunda, Said examina a cultura e as práticas imperialistas como “dinâmicas e produtoras de inúmeras relações de poder. Said nos possibilita observar que os contatos culturais são compostos pela coexistência, cooperação e/ou combate ao longo das interações socioculturais produzidas entre as sociedades” (CAMPOS, 2014, p. 29). Como sabemos, as análises de Said estão ligadas às dinâmicas da história contemporânea e centradas nos estudos de documentos do período de auge do Imperialismo moderno e seus desdobramentos posteriores. No entanto, é notório como tais reflexões estão sendo importantes também para os estudos sobre a dinâmica do poder imperial romano com as províncias em leituras que percebem o Imperialismo Romano muito mais dentro de relações de negociação e interações culturais do que em atitudes de dominação e submissão das populações provinciais por Roma. Como exemplos desta perspectiva, temos as obras *Becoming Roman* (1998), de Greg Woolf, *O Imperialismo Romano* (2010), de Richard Hingley e *Rome’s Cultural Revolution* (2008), de Andrew Wallace-Hadrill.

Com o amplo desenvolvimento dos estudos de História Antiga no Brasil nos últimos anos, o intercâmbio cada vez maior entre pesquisadores estrangeiros e

---

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Franca.

universidades brasileiras e pesquisadores brasileiros e universidades estrangeiras, o aumento considerável de programas de pós-graduação contando com profissionais especialistas em História Antiga, o aumento na publicação de livros e revistas e organizações de congressos especializados, nosso país não tem ficado atrás nos debates mais atuais sobre o Império Romano, como os inseridos na proposta acima apresentada sobre as novas leituras das dinâmicas imperialistas entre Roma e as províncias. Como exemplo destas leituras, no Brasil, vemos apresentar ao meio acadêmico o livro de Carlos Eduardo da Costa Campos, *A estrutura de atitudes e referências do Imperialismo Romano em Sagunto. Séculos II a.C. - I d.C.* Tal obra é fruto da Dissertação de mestrado do autor, defendida em 2013 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, sob orientação da Profa. Dra. Maria Regina Cândido.

Nesta pesquisa, o historiador desenvolve uma nova possibilidade de leitura sobre a reconstrução da *ciuitas* de Sagunto, localizada na província da Hispânia Tarraconense, que foi destruída durante a Segunda Guerra Púnica pelos cartagineses, inimigos dos romanos nesta guerra. Assim, o autor volta sua atenção para as estruturas de *referências* utilizadas pelo Imperialismo Romano na reconstrução e consolidação de seu poder na cidade e para as *atitudes* dos provinciais a fim de se integrarem ao Império. O recorte temporal aborda o período entre os séculos I a.C. e I d.C., quando o autor percebe que ocorrem transformações geográficas significativas em Sagunto com o contato com os romanos. Desta forma, há uma opção pela abordagem do tema na *longa duração*, uma vez que a mesma permite “compreender não somente as modificações históricas, como também as permanências que ocorrem com o passar dos tempos nas sociedades” (CAMPOS, 2014, p. 28).

Para desenvolver seus objetivos o autor analisa variados tipos de documentos, de textos escritos à cultura material (planos urbanístico de Sagunto, moedas e material epigráfico). O arcabouço teórico se apoia nas propostas de Said e

sua problematização das ações imperialistas. Além disso, o autor se debruça sob o aporte da *História Política Renovada*, refletindo sobre a política atrelada ao cultural.

O livro está dividido em três capítulos, além do Prefácio (escrito pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Funari – UNICAMP), Apresentação (escrita pela Profa. Dra. Maria Regina Cândido – NEA/UERJ), Introdução, Considerações finais e Apêndices. Na Introdução, o autor apresenta um debate historiográfico sobre a região de Sagunto e sua relação com o Império Romano. Neste debate, temos desde a visão de historiadores antigos, como Políbio, até debates mais contemporâneos, incluindo pesquisadores como Jérôme Carcopino, Géza Alföldy e Jacques Julliard. É interessante destacarmos que além da proposta de leitura ser inovadora por não ter encontrado a mesma forma de abordagem na historiografia apresentada, há uma falta de estudos sobre Sagunto no Brasil, o que também é um mérito do trabalho.

No primeiro capítulo, *A segunda Guerra Púnica e o início do processo imperialista romano em Sagunto*, o autor objetiva analisar a relação do poder imperial romano com Sagunto na Segunda Guerra Púnica (218-202 a. C.), entre Roma e Cartago. Inicialmente, há uma discussão sobre os significados da guerra no Imperialismo romano, refletindo, especialmente sobre o conceito de Guerra Justa (*Bellum Iustum*) para os romanos, usado como justificativa para tais conflitos. Neste sentido, Campos destaca o valor da religiosidade romana para a legitimação dos conflitos bélicos em todas suas etapas e relaciona os rituais *fetiales* como o momento de realização dos tratados (*foedus*) de guerra e fidelidade (*fides*), sendo que a falta de cumprimento do que fora acordado acarretava em penalidade. Isto foi o que aconteceu com a invasão de Sagunto pelos cartagineses comandados por Aníbal, uma vez que a região de Sagunto estava sobre proteção romana por meio da *fides*. Tal invasão gerou, como resposta romana, a Segunda Guerra Púnica. São analisados os mecanismos que ligam a aristocracia saguntina ao poder romano durante a guerra, percebendo um processo de *cooptação* e *colaboração política* entre os dirigentes romanos e seus aliados

provinciais, para isso, além de citações da documentação, o autor desenvolve debates historiográficos sobre o tema da vinculação entre provinciais e poder romano e sobre a temática do Imperialismo Romano.

Ainda no primeiro capítulo, o autor apresenta duas vertentes de interpretação sobre as causas do Imperialismo Romano, a primeira defendendo a ideia de um imperialismo defensivo e a segunda percebendo a expansão de Roma como um Imperialismo ofensivo, cujas teses, *grosso modo*, defendem a busca de segurança por Roma e a expansão econômica da cidade-Estado de Roma, respectivamente. A segunda perspectiva, no entanto, tem também a adesão de historiadores que percebem a expansão romana não apenas ligada a questões econômicas, mas também ligada à busca de prestígio, glória militar, honra, riqueza, defesa do patriotismo e manutenção de poder nas áreas de influência. Diante de tais perspectivas, para a leitura da ação imperialista romana, Campos compreende-a como um objeto complexo no qual as diferentes facetas (política, econômica e social) devem ser problematizadas conjuntamente e não de maneira isoladas e mesmo antagônicas. Neste mesmo sentido, o autor sugere que a dinâmica de contatos entre o poder romano e os provinciais não pode ser homogeneizada, concordando com Andrew Erskine de que “o sistema de poder romano foi vivenciado de distintas formas pelos povos que foram subjugados, desde a sua expansão na Península Itálica no século IV a.C. e após a conquista do Mediterrâneo com a Segunda Guerra Púnica, no século III a.C.” (CAMPOS, 2014, p. 73). Assim, temos desde contatos com a anexação e domínio de territórios por Roma, como contatos em que havia a criação de áreas de influência, mediante a *colaboração política* da elite nativa, como foi o caso de Sagunto, na leitura de Campos.

No segundo capítulo, *Edificando cidades e consolidado poderes: Sagunto e a elaboração romana das entidades geográficas (II a.C. - I d.C.)*, o autor analisa a reedificação de Sagunto, após a destruição na guerra com os cartagineses, como uma forma de integração local à dinâmica do poder romano. O autor inicia o capítulo com

uma reflexão sobre os significados da cidade antiga e a importância do estudo da mesma não apenas como construções e imagens, mas buscando analisar a relação da população com seu espaço político e geográfico e as cidades como dotadas de expressão cultural. Assim, o autor aborda a importância da relação entre História e Geografia, considerando as cidades do Império Romano “mais do que espaços físicos de cunho monumental, pois eram instrumentos essenciais para a difusão dos ideais políticos e culturais de Roma em áreas sob o seu controle” (CAMPOS, 2014, p. 85). As cidades do Império Romano são, desta maneira, consideradas como locais de difusão de uma identidade imperial, a *romanidade*, e de integração da diversidade étnica e cultural que compunham esse Império, criando o que o autor chama de *entidades geográficas*. Tal conceito é usado a partir do referencial de Said, definindo como a ação humana modela os espaços conforme seus interesses.

Diante do que foi apresentado acima, também no segundo capítulo, o autor apresenta como os romanos desenvolveram uma *estrutura de atitudes e referências* para assegurar seu poder nas regiões do Império. Essa estrutura seria um dispositivo do processo imperialista para levar a *romanidade* às províncias e tinha como palco principal de ação as cidades, sendo Sagunto um importante exemplo a ser estudado. O estudo é feito por meio da análise do plano urbanístico de Sagunto, atendo-se às áreas do fórum, do teatro, da cúria e do templo romano. Por meio destas construções “os romanos exerciam uma dominação de cunho geográfico-cultural que integrava os habitantes locais às suas práticas socioculturais, que poderiam ser assimiladas pela população provincial, como foi o caso de Sagunto, ou então, combatidas” (CAMPOS, 2014, p. 114). Nesta parte do texto além de planos urbanísticos, fotos tiradas pelo próprio autor no sítio arqueológico da antiga Sagunto são apresentadas. Outro material usado para mostrar as *imbricações culturais* – conceito que o autor também utiliza a partir do referencial teórico de Said – na região de Sagunto são as lâminas com imprecações mágicas, *defixiones*, encontradas na região. A conclusão que o autor tira

da análise das *defixiones* saguntinas é que as mesmas mostram as interações locais com gregos, romanos, fenícios e egípcios, assim como a apropriação de práticas socioculturais oriundas da metrópole, Roma.

Já no terceiro e último capítulo, *Entidades culturais: a consolidação do poder romano em Sagunto (I a.C. - I d.C.)*, o autor se debruça sobre a análise de um *corpus* de inscrições honoríficas de saguntinos para compreensão das condições de acesso à cidadania romana e sobre o sistema administrativo e religioso em Sagunto, visando perceber como estes elementos eram meios de integração da cidade com a dinâmica política do Império. Vemos que havia diferentes tipos de estatutos para as cidades e a fim de ganharem benefícios imperiais, as mesmas buscavam se adaptar aos modelos de administração romanos. Esta dinâmica envolvendo a faceta jurídica é interpretada pelo autor como um tipo de negociação político-cultural entre Roma e as cidades. Neste momento, percebemos como Campos alia as práticas políticas às esferas culturais para compreensão do Império Romano, algo imprescindível de ser feito pelo estudioso da Antiguidade, quando a política estava vinculada a outras esferas.

Como podemos ver, aliado aos atuais debates sobre várias facetas que envolvem o estudo do Império Romano, o livro de Campos torna-se uma leitura extremamente útil aos estudantes das sociedades antigas, mas também aos estudantes de História em geral, pois permite uma percepção sobre o trabalho do historiador, associando análise documental e crítica historiográfica.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CAMPOS, E. C. **A estrutura de atitudes e referências do Imperialismo Romano em Sagunto**. Séculos II a.C. - I d.C. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2014.